



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MÚLTIPLAS ABORDAGENS

Hortência Pessoa Rêgo Gomes  
*Universidade Federal Rural do Semi-Árido*  
hortenciapessoa@ufersa.edu.br

Otávio Paulino Lavor  
*Universidade Federal Rural do Semi-Árido*  
otavio.lavor@ufersa.edu.br

Cícero Nilton Moreira da Silva (Orientador)  
*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*  
ciceronilton@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre as abordagens de Educação Ambiental na visão dos principais estudiosos no Brasil sobre a temática. Iniciamos com a palavra Educação e sua abrangência e como esta recebe a adjetivação “Ambiental”, que a qualifica como uma prática educativa voltada para as práticas relacionadas às questões ambientais e ao convívio equilibrado entre seres humanos e o meio ambiente. Considerando a gravidade da crise ambiental e a emergência do enfrentamento desta, não há um público específico ao qual a educação ambiental deva se destinar, destacando também, não pactuar com a ideia simplista de transformação da criança hoje para termos uma sociedade transformada amanhã. Em seguida, apresentamos suas várias tipologias: Conservadora, Alfabetização Ecológica, Ecopedagogia, Educação Ambiental Crítica, Transformadora ou Emancipatória, Educação no Processo de Gestão Ambiental, na visão de autores como Guimarães, Carvalho, Avanzi, Loureiro, Lima e Quintas. O próprio conceito de educação ambiental já é, ele mesmo, efeito de uma adjetivação. Ao longo do tempo, muitos questionamentos sobre a denominação de EA enquanto um tipo de educação e os argumentos contrários, que tentam diluí-la no marco geral da educação, contrariando a identidade do que hoje reconhecemos como tal. A diversidade de denominações, o estado do debate em educação ambiental, não é evidente nem transparente para quem envereda pela multiplicidade das trilhas conceituais, práticas e metodológicas que aí se ramificam.

Palavras-chave: Educação, Ambiental, Abordagens.

### INTRODUÇÃO

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e--ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (BRANDÃO, 1981, pag. 3).

Este trecho do livro de Brandão (1981) mostra que o conceito de educação é muito abrangente. Onde ele pergunta e responde: educação? Educações. Também afirma que ninguém escapa da educação pois nos envolvemos com ela todos os dias, nos mais variados locais de convívio social. O acesso a essas situações de aprendizagem podem envolver o ato de aprender e o de ensinar. Há momentos em que agimos como aprendizes e outros como ensinantes, dividindo com o grupo social os ensinamentos que acumulamos ao longo da vida, nesse mesmo processo de interação. No dicionário Michaelis, temos que educação é o aperfeiçoamento das faculdades físicas intelectuais e morais do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino. Para Paulo Freire (1979), em sua obra Educação e Mudança, a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados, estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos e que a educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado, que o homem deve ser o sujeito de sua própria educação e não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém. Assim, vendo que ninguém escapa da educação, esta tem caráter permanente e que o homem deve ser sujeito de sua própria educação.

Nesse contexto, a palavra Educação recebe um adjetivação “Ambiental”, que a qualifica como uma prática educativa voltada para as práticas relacionadas às questões ambientais e ao convívio equilibrado entre seres humanos e o meio ambiente. Em contraponto ao modelo de educação anterior, que não abordava as questões ambientais. Assim, este termo define uma série de características que a definem com Ambiental. Desde o surgimento do termo “educação ambiental”, em 1965, na conferência em educação na Universidade de Keele, Grã-Bretanha, surgiram diversas concepções que deram sentidos as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental.

Neste trabalho, veremos algumas das abordagens de Educação Ambiental na visão dos principais estudiosos no Brasil, apresentadas em uma publicação do Ministério do Meio Ambiente, Identidades da Educação Ambiental Brasileira (2004), coordenada por Philippe Pomier Layrargues e disponível para *download* no *site* do referido ministério. Além de outras obras que nos permitiram ter uma melhor compreensão de cada uma destas abordagens.

## METODOLOGIA

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica, que é básica e obrigatória em qualquer modalidade de pesquisa e desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002, p.44). Os livros publicados por autores que possuem pesquisa consolidada sobre a temática são as principais fontes de referências bibliográficas e os artigos científicos costumam apresentar pesquisas mais recentes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Já no prefácio da referida obra, a ex-ministra Marina Silva, que o assina, diz que a educação ambiental vive um momento histórico, com o início da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, iniciada em 2005 e encerrada em 2014. Essa iniciativa instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo como referência os preceitos da Agenda 21, em seu capítulo 36. Os governos são chamados a aderir às medidas necessárias para a aplicação do que propõe a Década em seus planos e estratégias educativas, como também, essa convocação atualiza o desafio paradigmático da educação ambiental quando a nomeia como Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Na apresentação, Layrargues afirma que:

A diversidade de nomenclaturas hoje enunciadas, retrata um momento da educação ambiental que aponta para a necessidade de se ressignificar os sentidos identitários e fundamentais dos diferentes posicionamentos político-pedagógicos. Alfabetização Ecológica, Ecopedagogia, Educação Ambiental Crítica, Transformadora ou Emancipatória, Educação no Processo de Gestão Ambiental. O que querem dizer essas novas denominações? Por que elas surgiram? Quais são as semelhanças e diferenças existentes entre elas? (BRASIL, 2004, pag.8)

Para tentar trazer algumas respostas a estes questionamentos, Isabel Cristina de Moura Carvalho (2004) apresenta algumas considerações sobre esta temática. Para essa autora, a diversidade de denominações, o estado do debate em educação ambiental, não é evidente nem transparente para quem envereda pela multiplicidade das trilhas conceituais, práticas e metodológicas que aí se ramificam. O processo de escolha entre um dos ramos que se apresentam, levam a questionamentos sobre essa escolha. Como fundamentar nossas escolhas? Como conviver com as outras, as escolhas dos outros? Para essa autora, o melhor enfrentamento da babel das múltiplas educações ambientais passa pela abertura de um espaço que contemple o diálogo entre as diferentes abordagens. Segunda a autora, as práticas agrupadas sob o conceito de EA têm sido categorizadas de muitas maneiras, bem como



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

assinalam autores como Sorrentino (2002), Sauv  (2002), Gaudiano (2001 e 2002), entre outros, que têm se dedicado a problematizar as diferenças que marcam a arena desta problemática, segundo várias tipologias: Alfabetiza o Ecológica, Ecopedagogia, Educa o Ambiental Crítica, Transformadora ou Emancipatória, Educa o no Processo de Gestão Ambiental. (BRASIL, 2004). O próprio conceito de educa o ambiental já  , ele mesmo, efeito de uma adjetiva o. Ao longo do tempo, muitos questionamentos sobre a denomina o de EA enquanto um tipo de educa o e os argumentos contrários, que tentam diluí-la no marco geral da educa o, contrariando a identidade do que hoje reconhecemos como tal.

Segundo Carvalho, (2004, p. 17), “por mais que se argumente que a ideia de educa o inclui a educa o ambiental, dificilmente se poderá reduzir toda a diversidade dos projetos educativos a uma só ideia geral e abstrata de educa o”.

A educa o crítica tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado   educa o, inspirada em Paulo Freire, que defende em toda sua obra, a educa o como forma o de sujeitos sociais emancipados, isto  , autores de sua própria história. O método de alfabetiza o, baseado em temas ou palavras geradoras, busca religar o conhecimento de mundo   vida dos educandos para torná-los leitores críticos do seu mundo. Inspirada nesse ideal, a EA acrescenta uma especificidade: compreender as rela es sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais. Assim, o papel da Educa o Ambiental Crítica (EAC) seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a forma o de um sujeito ecológico. (CARVALHO, 2004, p. 18). Para uma EAC, a prática educativa   a forma o do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado, a educa o não se reduz a uma interven o centrada exclusivamente no indivíduo; recusa tanto a crença individualista, de que mudança social se dá pela soma das mudanças individuais, quanto   dicotomia que devemos mudar primeiro, para depois dar lugar às transforma es no mundo da vida dos grupos e pessoas. Na EAC, a responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem separar estas dimensões da a o humana.

A autora apresenta algumas formula es que expressam pretensões de uma EAC, que ela denomina como ideias para este outro mundo possível. Faremos um resumo aqui, tentando não comprometer o conteúdo destes, sob a pena de não sermos muito claros. Promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográficas, históricas, biológicas, sociais e subjetivas; contribuir para a transforma o dos





# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

atuais padrões de uso e distribuição dos bens ambientais em direção a formas mais sustentáveis; formar uma atitude ecológica dotada de sensibilidades estéticas, éticas e políticas sensíveis à identificação dos problemas e conflitos que afetam o ambiente; implicar os sujeitos da educação com a solução ou melhoria destes problemas e conflitos através de processos de ensino-aprendizagem, formais ou não formais; atuar no cotidiano escolar e não escolar, provocando novas questões, situações de aprendizagem e desafios para a participação na resolução de problemas; construir processos de aprendizagem significativa, conectando a experiência e os repertórios já existentes com questões e experiências que possam gerar novos conceitos e significados; situar o educador como um mediador de relações sócio educativas, coordenador de ações, pesquisas e reflexões.

Para Mauro Guimarães, a EAC trata-se da necessidade de discussão sobre a própria Educação. Mas, essa discussão não significa necessariamente dizer que essa ressignificação seja em decorrência de uma evolução do conhecimento, ou aperfeiçoamento metodológico, ou outro desenvolvimento qualquer partindo de um mesmo referencial. Mas, sim, uma contraposição a algo existente, como forma de superação, por compreender ser necessário diferenciar uma ação educativa que seja capaz de contribuir com a transformação de uma realidade que, historicamente, se coloca em uma grave crise socioambiental (GUIMARÃES, 2004).

Para o autor, a atual concepção apresenta uma perspectiva de EA que reflete uma compreensão e uma postura educacional e de mundo, subsidiada por um referencial paradigmático e compromissos ideológicos, que se manifestam hegemonicamente na constituição da sociedade atual; essa concepção não é epistemologicamente instrumentalizada, nem comprometida com o processo de transformações significativas da realidade socioambiental, presa que é aos seus próprios arcabouços ideológicos; busca a partir dos mesmos referenciais constitutivos da crise, encontrar a sua solução. Essa concepção de Educação, que o autor denominou de Educação Ambiental Conservadora (EACon), ao se colocar inapta de transformar uma realidade, conserva o movimento de constituição da realidade de acordo com os interesses dominantes – a lógica do capital (GUIMARÃES, 2004, p. 26). Assim, a EACon tende a privilegiar ou promover: o aspecto cognitivo do processo pedagógico, acreditando que transmitindo o conhecimento correto fará com que o indivíduo compreenda a problemática ambiental e que isso vá transformar seu comportamento e a sociedade; o racionalismo sobre a emoção; sobrepor a teoria à prática; o conhecimento



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

desvinculado da realidade; a disciplinaridade frente à transversalidade; o individualismo diante da coletividade; o local descontextualizado do global; a dimensão tecnicista frente à política; entre outros (GUIMARÃES, 2004)

O autor não vê a EAC como uma evolução conceitual ou desenvolvimento metodológico da educação ambiental que, inicialmente, ele denomina de conservadora. Mas, sim, como uma crítica a uma concepção que não seja complexa, que acredita que subsidiará uma leitura de mundo mais complexa e instrumentalizada que contribuirá no processo de transformação da realidade socioambiental, que é complexa. Segundo o autor, nesta linha subsidiada pela Teoria Crítica, encontram-se três autores que se constituem grandes referências para a sua produção: Paulo Freire, Milton Santos e Edgar Morin, que apontaram, entre muitas outras coisas, para a leitura crítica (Freire) de um espaço (Santos) complexo (Morin) (GUIMARÃES, 2004).

Considerando a gravidade da crise ambiental e a emergência do enfrentamento desta, não há um público específico ao qual a educação ambiental deva se destinar, destacando também, não pactuar com a ideia simplista de transformação da criança hoje para termos uma sociedade transformada amanhã. A proposta de ação pedagógica da EAC pode vir a ser desenvolvida através de projetos que se voltem para além das salas de aula, pode ser metodologicamente viável, desde que os educadores que a realizam, conquistem em seu cotidiano a práxis de um ambiente educativo de caráter crítico (GUIMARÃES, 2004).

Maria Rita Avanzi aborda a Ecopedagogia, iniciando pelas concepções de Educação, de Sociedade e de Natureza que sustentam as propostas da Ecopedagogia.

A Ecopedagogia considera a EA como uma mudança de mentalidade em relação à qualidade de vida, associada à busca do estabelecimento de uma relação saudável e equilibrada com o contexto, com o outro e com o ambiente. (AVANZI, 2004). Os princípios básicos que podem nos revelar a compreensão que os adeptos da Ecopedagogia têm da EA: a educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador; é individual e coletiva; deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar; deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos; deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações; deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida. A partir de temas relacionados ao contexto do/a educando/a, busca-se estabelecer um processo dialógico visando tanto a ampliação daquela compreensão inicial como a intervenção na





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

realidade. Tendo como fundamento a pedagogia freireana, Francisco Gutiérrez cunhou o termo Ecopedagogia, que compreende a Educação a partir de uma “concepção dinâmica, criadora e relacional” e, ainda utilizando as palavras do autor, “como um processo de elaboração de sentidos” (AVANZI, 2004, p.37).

A Ecopedagogia tece críticas ao sistema de desenvolvimento capitalista, visto que o princípio do lucro, inerente a este sistema seria incompatível com a sustentabilidade, tratada nas suas dimensões: social, política, econômica, cultural e ambiental (AVANZI, 2004).

Planetaridade e cidadania planetária são conceitos utilizados na Ecopedagogia. A proposta é construir a participação cidadã, considerando nosso pertencimento ao planeta Terra, de modo que as diferenças culturais, geográficas, raciais e outras sejam superadas. Isto, implicaria em redimensionar o papel desempenhado pelos seres humanos “como membros de um imenso cosmos” (AVANZI, 2004, p. 44). A Ecopedagogia é tida, pelos seus defensores, como fundamental para construção da sustentabilidade econômica, política e social. O que se busca é a recuperação de uma “harmonia ambiental”, que supõe uma nova maneira de estabelecer as relações com a Terra, respeitando o direito à vida de todos os seres que nela habitam (AVANZI, 2004, p. 47).

Carlos Frederico Bernardo Loureiro apresenta o que vem sendo denominado por vertente transformadora da EA, a “Educação Ambiental Transformadora”. No Brasil, esta vertente começou a se configurar nos anos de 1980, pela maior aproximação de educadores, principalmente os envolvidos com educação popular e instituições públicas de educação, junto aos militantes de movimentos sociais e ambientalistas com foco na transformação societária e no questionamento radical aos padrões industriais e de consumo consolidados no capitalismo. A influência de maior destaque encontra-se na pedagogia inaugurada por Paulo Freire, que se coloca no grupo das pedagogias libertárias e emancipatórias iniciadas nos anos de 1970 na América Latina, em seus diálogos com as tradições marxista e humanista.

Nesse meio, se destaca pela concepção dialética de educação e pelo agir, ruptura com a sociedade capitalista e formas alienadas e opressoras de vida. Vê o “ser humano” como um “ser inacabado”, em constante mudança. Sendo que por meio desse processo permanente, nos integramos e conhecemos a sociedade, ampliamos a consciência de ser no mundo. Segundo o autor, além de Paulo Freire, nomes como Miguel Arroyo, Moacir Gadotti e Carlos Rodrigues Brandão são fundamentais para compreender os princípios dessa vertente (LOUREIRO, 2004).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

Outra abordagem pedagógica importante é a histórico-social crítica, distinta em vários aspectos da anterior, mas que faz parte também da tradição emancipatória. É representada por Demerval Saviani, dentre outros. Contribui sobremaneira para o entendimento das políticas educacionais e da função social da educação. As características metodológicas dessa vertente são: A “questão ambiental” é complexa, trans e interdisciplinar; A dialética é o exercício totalizador que nos permite apreender a síntese das determinações múltiplas que conformam a unidade. Em termos de procedimentos metodológicos, a Educação Ambiental Transformadora tem na participação e no exercício da cidadania, princípios para a definição democrática de quais são as relações adequadas ou vistas como sustentáveis à vida planetária, em cada contexto histórico. Quando se trata das diferenciações entre a Educação Ambiental Transformadora e a Convencional, o autor ressalta que a educação ambiental convencional, está centrada no indivíduo, focaliza o ato educativo enquanto mudança de comportamentos compatíveis a um determinado padrão idealizado de relações corretas com a natureza. O importante não é pensar processos educativos que associem a mudança pessoal à mudança societária, mas sim pensar a transcendência integradora, a transformação da pessoa pela ampliação da consciência que rebate nas condições objetivas, como caminho único para se obter a união com a natureza. Isso implica nas suas características: educação entendida enfaticamente em sua dimensão individual, crença ingênua e idealista de que as mudanças das condições objetivas se dão pelo desdobramento das mudanças individuais, despolitizando a práxis educativa; a responsabilização pela degradação posta em um ser humano genérico, idealizado, fora da história, descontextualizado socialmente (LOUREIRO, 2004).

Gustavo Ferreira da Costa Lima apresenta as bases teórico-conceituais e indicações metodológicas da Educação Ambiental Emancipatória. A educação ambiental emancipatória acompanha esse movimento de complexificação e politização da EA (LIMA, 2004, p. 93). Parte de um diagnóstico de que a crise ambiental é resultante do esgotamento de um projeto civilizatório que entendeu progresso e conhecimento como dominação e controle e fez da razão instrumental o atalho mais eficiente à conquista do poder econômico e político que coloniza e degrada a vida humana e não-humana. Compreende a EA como um instrumento de mudança social e cultural de sentido libertador que, ao lado de outras iniciativas políticas, legais, sociais, econômicas e tecnocientíficas, busca responder aos desafios colocados pela crise socioambiental (LIMA, 2004).

José Silva Quintas apresenta a Educação Ambiental Transformadora e





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

Emancipatória. Nesta concepção, o esforço da EA deveria ser direcionado para a compreensão e busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada. Segundo esta percepção, a leitura da problemática ambiental se realiza sob a ótica da complexidade do meio social e o processo educativo deve pautar-se por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório. Aqui se acredita que, ao participar do processo coletivo de transformação da sociedade, a pessoa, também, estará se transformando. Nesta perspectiva, a sustentabilidade decorreria de um processo de construção coletiva de “um outro mundo” que seja socialmente justo, democrático e ambientalmente seguro. Nesta perspectiva, um futuro sustentável, deve se fundamentar nos seguintes pressupostos: O meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida; preservar e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado para presentes e futuras gerações é dever do poder público e da coletividade.

Portanto, está se propondo uma EAC, transformadora e emancipatória. Crítica, na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização da relação sociedade natureza e das relações sociais que ele institui. Transformadora, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humano entre si e com a natureza. É também emancipatória, por tomar a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos. A questão ambiental ao exigir um outro modo de conhecer, que supere a visão fragmentada sobre a realidade, coloca também, o desafio de se organizar processos de ensino-aprendizagem, onde o ato pedagógico seja um ato de construção coletiva do conhecimento sobre a realidade, num processo dialético de ação-reflexão, ou seja, de exercício da práxis (QUINTAS, 2004).

Déborah Munhoz apresenta a Alfabetização Ecológica, que consiste no conhecimento, internalização e implementação de princípios ecológicos nas comunidades humanas: Interdependência, Cooperação e Parceria, Coevolução, Flexibilidade, Diversidade, Equilíbrio dinâmico, Reciclagem e ciclos ecológicos, Fluxo de energia, Redes. Existem muitos desafios para adotar tais princípios, mas, penso que a maior barreira para a implantação destes princípios está no interior de cada um. Todos temos nossa própria zona de conforto e sair deste estado confortável, dá trabalho, implica em mudança. E mudança exige



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

esforço, coragem, vontade, garra, determinação, comprometimento, perseverança, empreendedorismo, aventura, risco... Tudo o que as empresas buscam de seus funcionários para vencer. Então, é preciso aprender a cooperar com a mudança.

Há um outro nível de cooperação: o interno, pessoal. Quando olho meus limites, percebo o que dou conta de mudar e o que não dou e coopero comigo, diminuindo minha pressão sobre mim mesmo. À medida que aprendo a cooperar comigo aprendo a cooperar com os outros. Torno-me mais tolerante. Quando estabeleço estratégias de melhorias internas, planejo melhor minha vida e parto para a ação, fica mais fácil planejar mudanças externas e intervir quando necessário. Dentro deste contexto, vejo a prática da ecologia pessoal como essencial para o comprometimento com a própria vida. Quanto mais desintoxicados nosso organismo e nossa mente tiverem, menos energia gastará para metabolizar substâncias desnecessárias, maior a vitalidade, a nossa disposição para agir, mais possibilidade de criarmos soluções saudáveis teremos. Pessoas comprometidas com sua própria melhoria contínua dão melhor sustentação a qualquer sistema de certificação de uma organização. A espécie humana precisa urgentemente implementar o princípio da cooperação tanto entre si quanto em relação à natureza, caso deseje continuar a existir no planeta e atingir um estado de não sofrimento. No caso das relações entre as empresas brasileiras, a não-cooperação coloca em risco os negócios, a geração de renda de várias famílias, a independência econômica do país. Não adianta uma empresa trabalhar pela sustentabilidade se seus fornecedores não estiverem comprometidos e seus consumidores também. Não existe a sustentabilidade de uma espécie ou um negócio só. Todos estamos interconectados em teias, em cadeias produtivas. Da mesma forma, não existem as mãos invisíveis do mercado. Dentro deste contexto, a prosperidade das empresas e da sociedade do século XXI está diretamente ligada à capacidade de transformar a cultura atual em uma cultura sustentável, incluindo a ética, a flexibilidade, o respeito às diferenças nas relações sociais, o uso de energias limpas e da reciclagem no uso de materiais. Sustentabilidade significa futuro, para a espécie humana e para os negócios (QUINTAS, 2004).

## CONCLUSÃO

A Educação Ambiental é um tema muito complexo e que merece muito aprofundamento para sua abordagem, também por ser uma área com estudos ainda em desenvolvimento. Além disso, com tantos problemas ambientais percebidos no nosso planeta,





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

são necessárias a conscientização e a sensibilização dos indivíduos, principalmente dos jovens e crianças. Para isso, é preciso desenvolver a EA permanentemente, posto que não é algo que se alcance através de decretos ou leis apenas, mas sim com ações educativas de fato.

A ideia que temos, considerando o apanhado em debate neste estudo, é que ao abordarem as temáticas ambientais, o realizar de maneira crítica, não se resumindo em realizar atividades esporádicas e superficiais, muitas vezes restritas a áreas específicas do conhecimento.

## **REFERÊNCIAS**

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAYRARGUES, P.P.(Coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Edições MMA, 2004.